



Senado Federal
Gabinete da Senadora Nilda Gondim

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Dispõe sobre a implantação de infraestrutura ciclovitária de caráter não-municipal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a implantação de infraestrutura ciclovitária de caráter não-municipal.

Art. 2º A Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 12.** O Subsistema Rodoviário Federal compreende todas as rodovias e infraestruturas ciclovitárias administradas pela União, direta ou indiretamente, nos termos dos arts. 5º e 6º desta Lei. (NR)

Art. 12-A. Compete à União implantar infraestrutura ciclovitária nos trechos sob sua responsabilidade que tenham tráfego expressivo de ciclistas, ou que apresentem forte potencial de realização de deslocamentos por bicicletas.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre o detalhamento deste artigo, inclusive quanto às questões locacionais e de geometria das vias para bicicletas e de suas infraestruturas de apoio.”

Art. 3º O art. 26 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com seguinte redação:

“**Art. 26.** Esta Lei se aplica, no que couber:

I - ao planejamento, controle, fiscalização e operação dos serviços de transporte público coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.



SF/21924.00333-38



Senado Federal
Gabinete da Senadora Nilda Gondim

II - ao planejamento, fiscalização e implantação da infraestrutura cicloviária de caráter intermunicipal, interestadual ou internacional.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A bicicleta é um veículo com inúmeras vantagens: baixo custo de aquisição em relação aos veículos automotores, baixíssimo impacto ambiental, melhoria das condições de saúde do ciclista, ausência de ruído, pouca captura de espaço urbano para vias e estacionamentos, baixíssima letalidade decorrente dos acidentes (que não envolvem veículos automotores), etc.

Seu uso, entretanto, está aquém das possibilidades do Brasil, país que não apresenta frio extremo, e longos períodos de seca em grande parte do território nacional.

De fato, um dos maiores limitantes à popularização da bicicleta como meio de transporte, e não apenas lazer, diz respeito à baixa disponibilidade de infraestrutura cicloviária, como ciclovias dedicadas, que possam oferecer a segurança e o conforto que o ciclista espera encontrar em seu deslocamento diário em direção a seu trabalho ou estudo.

Nesse sentido, é necessário apontar que, embora a Lei da Mobilidade Urbana (nº 12.587, de 2012) já destaque a importância da construção dessa infraestrutura no interior do DF e dos municípios, a situação é menos clara nas ligações sob competência estadual e federal. Trata-se, portanto, da lacuna que este projeto pretende preencher.

Assim, o PL aqui apresentado altera tanto a mencionada Lei da Mobilidade Urbana, para determinar que as competências dessa lei também se aplicam ao planejamento, fiscalização e implantação de infraestrutura cicloviária de caráter intermunicipal, interestadual ou internacional, mas também altera a Lei do Sistema Nacional de Viação (SNV), para determinar



SF/21924.00333-38



Senado Federal
Gabinete da Senadora Nilda Gondim

que compete à União implantar infraestrutura cicloviária nos trechos sob sua responsabilidade, desde que eles tenham tráfego expressivo, potencial ou real, de ciclistas.

São esses os motivos pelos quais apresentamos esse projeto, e que acreditamos sejam capazes de sensibilizar os nobres Senadores para sua expedita aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora NILDA GONDIM



SF/21924.00333-38